**SUBSUNÇÃO DO PÚBLICO AO PRIVADO POR MEIO DO PACTO PELA
EDUCAÇÃO DO PARÁ**

**SUBSUMPTION OF THE PUBLIC TO THE PRIVATE THROUGH THE PACT FOR
EDUCATION OF PARÁ**

Cassio Vale¹

Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos²

RESUMO: O artigo objetivou analisar como ocorre a subsunção do público ao privado na educação paraense por meio de parcerias decorrentes do Pacto pela Educação do Pará, programa do governo estadual lançado em 2013 para elevar os índices educacionais. A subsunção é compreendida como uma categoria marxista que pode ser observada na sociedade capitalista por meio de relações de poder implícitas ou explícitas, e se manifesta nas parcerias em que há a sujeição ou subordinação do setor público às orientações do privado. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental, constatou-se que a subsunção do público ao privado na educação paraense ocorre pela intensa participação do setor privado desde a formulação do Programa, além de pela maioria dos representantes nos Comitês regionais e estadual do Pacto estar ligada ao setor privado.

PALAVRAS-CHAVE: Subsunção do público ao privado; Educação paraense; Parcerias público-privadas.

ABSTRACT: This paper aims at analyzing how the subsumption of the public to the private in Pará education occurs through partnerships resulting from the Pará Pact for Education, which is a program of the State government launched in 2013 to raise educational indexes. Subsumption is understood as a Marxist category that in capitalist society can be observed via implicit or explicit power relations and is manifested itself in partnerships where there is subjection or subordination of the public sector to the private sector. Through bibliographic and documentary research it was found that the subsumption of the public to the private in Pará education occurs due to an intense participation of the private sector since the Program formulation, and due to a majority of representatives in the Regional and State Pact Committees being linked to the private sector.

KEYWORDS: Public-to-private subsumption; Education in Pará; Public-private partnerships.

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal do Pará. Pesquisador vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas Observatório de Gestão Escolar Democrática (Observe-UFPA). E-mail: cassiovale07@yahoo.com.br

² Doutora em Educação. Professora aposentada pela Universidade Federal do Pará e voluntária no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Observatório de Gestão Escolar Democrática (Observe-UFPA). E-mail: tefam@ufpa.br

1 INTRODUÇÃO

As parcerias entre o público e privado na educação brasileira ganharam impulso a partir da reforma do Estado nos anos 1990, período em que houve a intensificação da lógica neoliberal no país. Tal temática vem sendo objeto de investigação de autores como Adrião e Peroni (2013), que analisaram parcerias entre prefeituras municipais e o Instituto Ayrton Senna (IAS) nas cinco regiões brasileiras, e constataram como as consequências dessas parcerias são similares em todo o território, a exemplo da retirada de autonomia docente e repasse de verba pública para a iniciativa privada. Adrião (2017) também oferece reflexões sobre como a educação pública se subordina à financeirização econômica; já Comerlato (2013) analisa as consequências de parcerias público-privadas para a gestão em uma rede de ensino municipal no contexto de uma sociedade capitalista.

No estado do Pará, *locus* de nossas análises neste artigo que resulta de ampliação de estudos de uma dissertação de mestrado, destacamos alguns trabalhos sobre essa temática, como: Braga (2013), que analisou a concepção teórico-metodológica de um programa desenvolvido pela Fundação Itaú Social para as escolas públicas brasileiras, o qual se deu por práticas que permitem compreender como essas parcerias na educação brasileira vêm sendo reflexo de uma estratégia global; e Martins (2010), que desvelou em um município paraense como um representante do setor privado – também por meio de parcerias – estava interferindo diretamente na gestão pública municipal, de modo que foi possível relevar uma das formas de sujeição do público ao privado, que anos depois foi maximizada pelo governo estadual, o que leva a entender a força do setor privado no âmbito da educação paraense e também uma lacuna de pesquisas sobre o caso investigado – o Pacto pela Educação do Pará.

Nesse sentido, nas últimas duas décadas, o governo do Pará promove a participação da iniciativa privada em políticas públicas educacionais, na expectativa de melhorar os índices da educação básica, a exemplo do “Pacto pela Educação do Pará”, que é uma ação do governo estadual que estimula parcerias público-privadas como forma de melhorar a qualidade da educação básica (Vale, 2017; Pará, 2015a). Assim, o objetivo deste artigo é analisar como ocorreu a subsunção do público ao privado na educação paraense por meio de parcerias decorrentes desse Pacto.

VALE, C.; SANTOS, T. F. A. M.

A pesquisa bibliográfica e documental foi essencial para verificar os estudos sobre o objeto na realidade paraense e como caso investigado modificou a lógica da política educacional do Pará.

2 A CATEGORIA “SUBSUNÇÃO” NAS CORRELAÇÕES DE FORÇAS DA SOCIEDADE CAPITALISTA

Diante da tarefa de estudar a relação público-privada na educação paraense por meio de exemplo relativo a uma ação educacional oriunda do Estado, buscamos destacar as peculiaridades desse fenômeno com auxílio no materialismo histórico-dialético, pelo fato de este nos propiciar elementos na compreensão do objeto como um todo.

[...] o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência visa alcançar a essência do objeto. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento, mediante a pesquisa viabilizada pelo método o pesquisador reproduz no plano ideal, a essência do objeto que investigou (Netto, 2011, p. 22).

Logo, os debates sobre políticas públicas educacionais, como o Pacto pela Educação do Pará, precisam ser realizados a partir de uma realidade concreta. No caso em análise, diz respeito à alteração da condução da educação básica do segundo maior estado brasileiro em extensão geográfica e que possui peculiaridades locais, como estudantes na zona urbana e rural, camponeses e ribeirinhos, que foram impactados com uma tentativa de homogeneização da política educacional conduzida fortemente pelo setor privado junto ao governo estadual. Tudo isso com consequências decorrentes da subordinação do público ao privado justamente na forma como o Pacto foi materializado, desde a assinatura até a tomada de decisões.

Tal referencial teórico-metodológico nos possibilitou ampliar as análises das múltiplas facetas do objeto que estamos pesquisando, principalmente a fim de compreender fenômenos ocasionados pelos mais diversos fatores, visto que desvelar além das máscaras da aparência é imprescindível para compreender a essência do fenômeno.

Karl Marx, que tinha como objeto de estudo a sociedade burguesa³, já assinalava na obra *A Ideologia Alemã* que a análise de um fenômeno não poderia partir de ações

³ Burguesia é aqui entendida como classe que caracteriza os donos de propriedades privadas, aqueles com dinheiro (Marx; Engels, 1982).

Subsunção do público ao privado por meio do Pacto pela Educação do Pará

arbitrárias, imaginárias ou de dogmas. Para desvelar a realidade do fenômeno estudado, seriam necessários “indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas, como as produzidas por sua própria ação” (Marx; Engels, 1982, p. 26). Isso ocorre porque o fenômeno ou objeto

[...] tem existência objetiva; não depende do sujeito, do pesquisador, para existir. O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, por tanto, algo importante e não descartável -, é aprender a essência (ou seja, a estrutura e a dinâmica) do objeto (Netto, 2011, p. 21-22).

Nesse sentido, consideramos necessário lembrar os pressupostos teórico-metodológicos marxistas a fim de entender que:

A sociedade burguesa é uma totalidade concreta. Não é um “todo” constituído por “partes” funcionalmente integradas. Antes, é uma totalidade inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade.

[...] Mas a totalidade concreta e articulada que é a sociedade burguesa é uma totalidade dinâmica – seu movimento resulta do caráter contraditório de todas as totalidades que compõem a totalidade inclusiva e macroscópica. Sem as contradições, as totalidades seriam totalidades inertes, mortas- e o que a análise registra é precisamente a sua contínua transformação. A natureza dessas contradições, seus ritmos, as condições de seus limites, controles e soluções dependem da estrutura de cada totalidade – e, novamente, não há fórmulas/formas apriorísticas para determiná-las: também cabe à pesquisa descobri-las (Netto, 2011, p. 56-57).

Como se pode perceber, o todo é composto de “outros todos” que fazem parte do processo de investigação. Aí identificamos que a educação e a relação entre o público e o privado perpassam diretamente pelas relações econômicas de sociedades capitalistas, quer no caso do Brasil quer no caso particular do estado do Pará, cuja análise é aqui levada a cabo por meio do Pacto pela Educação.

Para poder efetivar nossa construção teórica, elencamos uma categoria de destaque que dá base a nossa investigação e se denomina “subsunção”, algo que na sociedade capitalista se manifesta via relações de poder implícitas ou explícitas. Tal categoria é cheia de possibilidades de análise para um mesmo fenômeno, sendo mais discutida originalmente nas relações de trabalho. No entanto, ela permite elaborar analogias em relação a outras situações do cotidiano por se manifestar, por exemplo, nas relações entre pais e filhos e na própria educação, via parcerias público-privadas. O foco aqui recai sobre estas últimas tendo em vista que as formas de subsunção são próprias do sistema capitalista pelas correlações de forças que se estabelecem.

VALE, C.; SANTOS, T. F. A. M.

Marx (2011a) utilizou como exemplo uma maquinaria após o advento do capitalismo, de modo a demonstrar como foi se constituindo a degradação das relações sociais, como ocorre na educação. Isso, porque o ser humano fica numa situação de subordinação às ordens superiores centralizadas, sem a importância social devida na garantia da democratização das relações - aquela que, em tese, deveria ser uma das finalidades da educação.

A tendência necessária do capital é o aumento da força produtiva do trabalho e a máxima negação do trabalho necessário. A efetivação dessa tendência é a transformação do meio de trabalho em maquinaria. Na maquinaria, o trabalho objetivado se contrapõe materialmente ao trabalho vivo como o poder dominante e como subsunção ativa deste a si, não só por meio da apropriação do trabalho vivo, mas no próprio processo real de produção (Marx, 2011a, p. 931).

Isso ocorre porque o trabalhador na manufatura conseguia realizar todas as etapas da produção e tinha domínio sobre seu trabalho; isto é, enquanto sujeito, ele tinha valorização social e prestígio pelo ofício que desenvolvia em prol da melhoria da sociedade, mesmo em pequena escala; após o advento do capitalismo, esse mesmo trabalhador perdeu o controle sobre suas ações ao ter que aguardar ordens de seu superior para executar seu ofício, numa sujeição do seu ser por outro e sobre a quantidade de peças que deveria produzir.

Sua emancipação ficou subordinada ao capitalista, que agora demanda o que ele deve fazer, o qual por sua vez também está subordinado às leis do sistema capitalista. Em outras palavras, cria-se uma cadeia de subserviência na qual o trabalhador está na base dessa pirâmide e é o maior prejudicado, porque o trabalho passa a ser mercadoria e a quantidade da produção seria reflexo de qualidade; com isso, aquele que a produz torna-se um mero mediador que pode ser facilmente substituído.

O tempo de trabalho como medida da riqueza põe a própria riqueza como riqueza fundada sobre pobreza e o 'tempo disponível' como tempo existente apenas na e por meio da oposição ao tempo de trabalho excedente, ou significa pôr todo o tempo do indivíduo como tempo de trabalho, e daí a degradação do indivíduo a mero trabalhador, sua subsunção ao trabalho. Por isso, a maquinaria mais desenvolvida força o trabalhador a trabalhar agora mais tempo que fazia o selvagem ou que ele próprio com suas ferramentas mais simples e rudimentares (Marx, 2011a, p. 946).

Assim, a degradação do trabalhador em relação ao trabalho foi se constituindo de forma rápida e cruel, porque foi imposta pelo novo sistema capitalista, causando uma espécie de sujeição, subordinação, portanto, subsunção desse trabalhador ao capital, já que

Subsunção do público ao privado por meio do Pacto pela Educação do Pará

O valor objetivado na maquinaria aparece, ademais, como um pressuposto, diante do qual o poder valorizador da capacidade de trabalho individual desaparece como algo infinitamente pequeno; por meio da produção em massas enormes, que é posta pela maquinaria (Marx, 2011a, p. 931).

A sujeição do trabalhador ao sistema capitalista é um exemplo de como essa mesma situação ocorre em outras áreas da sociedade, como a educação, a qual por vezes sujeita-se a imposições do Estado, que do seu lado se subordina a interesses de grupos particulares que aqui identificamos como subsunção do público ao privado. Assim, o objeto estudado neste texto pode ser caracterizado como exemplo de relação de sujeição, já que nas parcerias analisadas o setor público é comandado pelo setor privado, da mesma forma que o trabalhador ficou comandado pelos ditames do ritmo do trabalho em decorrência da dominação presente nas relações sociais de produção.

Nas parcerias público-privadas, a subsunção se manifesta pela subserviência de um setor ao outro no desenrolar da relação, mesmo que não fique clara a sobreposição de uma categoria à outra, quando ambas deveriam ser iguais – ainda que numa sociedade capitalista a igualdade seja apenas formalidade, razão por que é possível falar da predominância de um setor sobre o outro. Essa sobreposição ocorre desde o início, com a degradação de uma das categorias (público) para que haja fomento da outra (privado), o que pode gerar situações de dependência e fazer com que uma categoria seja subsumida pela outra nas relações concretas típicas das sociedades capitalistas. Logo, podemos pensar a categoria subsunção, apresentada por Marx (2011a), a partir de como se materializa na política educacional contemporânea brasileira e paraense por meio das parcerias público-privadas.

3 MEDIAÇÕES ENTRE PÚBLICO E PRIVADO NA EDUCAÇÃO POR MEIO DE PARCERIAS

As parcerias público-privadas na educação vêm-se estreitando a partir da reforma dos anos 1990 no Brasil, com impulso a partir do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), quando foi assumido pelo discurso oficial a necessidade da incorporação dos princípios de gerência privada no espaço público (Braga, 2013; Peroni; Caetano; Valim, 2021).

Vale (2022, 2017) destaca que hoje é possível assistir a uma espécie de embaralhamento entre o público e o privado em decorrência da estreita relação

VALE, C.; SANTOS, T. F. A. M.

estabelecida pelo viés de parcerias oficializadas, dos ditos negócios sociais e dos novos sujeitos na arena de disputas das políticas educacionais, como multimilionários que atuam em causas sociais junto ou sem o Estado. Na perspectiva de Sguissardi (2008), o público e o privado sempre estiveram interligados de alguma maneira em relações bastante antigas, que só vêm se estreitando com o passar dos anos; com isso, misturaram-se tanto a ponto de não ser possível saber se setores como a educação, que antes tinham um caráter definido, permanecem com o mesmo ideal ou se sofreram metamorfose ao maquiagem sua aparência e manter a essência de favorecer ao setor privado.

Ao tratar da educação em geral e da superior, em particular nessa relação público-privada, Sguissardi (2008) define que bem público é aquele voltado para o coletivo e o bem privado para o individual, e assume esse conceito acrescentando que o bem público é para todos e feito por todos – vontade da maioria que possui um representante oficial –, enquanto o bem privado é voltado para o particular e exclui a maioria que compõe a classe trabalhadora.

Na contextualização histórica, público e privado na sua essência não sofreram modificações, porque as relações de poder em um e outro continuam demarcadas hoje em dia.

Se tomarmos a documentação hoje existente a respeito da vida na Atenas clássica, perceberemos que o contraste entre o público e o privado era cortante. A vida pública se desenrolava na arena aberta: assembleias, mercados, cortes de justiça, teatros, ginásios, campo de batalha. A vida pública era igualitária [...] O *oikos*, ao contrário, era um espaço fechado e funcional [...] O relacionamento estabelecido no interior do *oikos* era pessoal, íntimo, hierárquico e desigual (Florenzano, 2010, p. 3).

Os conceitos de público e privado são apresentados como antônimos e serviam de maneira singular para distinguir as pessoas, demarcar as relações sociais e classificar os que tinham maior poder, com propriedades particulares, e os que frequentavam os espaços públicos. Os grupos que frequentavam o *oikos* podiam ir aos espaços *polis*, mas a situação inversa não podia acontecer de qualquer maneira, ou seja, qualquer um tinha acesso ao público, pois era destinado a todos, enquanto a entrada nos espaços privados necessitava de certos critérios para haver permissão.

Concordando com esse conceito, Arendt (2007) deixa claro que a *polis* (público) e o privado (família/particular) se diferenciavam essencialmente porque, no primeiro, só se conhecia igualdade entre seus membros, mas o segundo tinha como marca a mais severa

Subsunção do público ao privado por meio do Pacto pela Educação do Pará

desigualdade. “A esfera pública, enquanto mundo comum reúne-nos na companhia uns dos outros e, contudo, evita que colidamos uns com os outros” (Arendt, 2007, p. 62).

Ainda segundo a autora, a esfera privada é marcada por interesses pessoais, de modo que há subserviência de uns membros aos outros e, em geral, há um membro que manda nos demais no sentido hierárquico. A desigualdade dentro do privado causaria limitações nas relações sociais, que são amenizadas ou inexistentes no âmbito público, por este fomentar direitos iguais e as mesmas armas para lutas justas.

No cenário mundial, o público e privado sempre estiveram interligados de alguma maneira por meio de parcerias, mesmo que este último não fosse o termo aplicado naquela época.

Na antiguidade - em Roma, Grécia, Egito e em outras civilizações mais antigas - já era vislumbrada uma forma de parceria com o privado, por meio do instrumento da delegação na atividade de cobrança de impostos, e na gestão local por meio da cessão, em longo prazo, de terras públicas aos senhores nobres. No século V estas práticas desapareceram, retornando na Idade Média na construção de cidades e na ocupação de terras virgens no sudoeste da França, permanecendo ao longo da idade média, e da idade moderna, até finais do século XIX. A Inglaterra, a partir da segunda metade do século XVII, desenvolveu uma rede de estradas portajadas, as *turnpikes*, para ultrapassar os problemas da manutenção rodoviária eclesiástica, assente em trabalho local não especializado (Sousa, 2015, p. 11).

Ou seja, a promíscua relação é antiga e demonstra que há uma fragilidade do setor público na execução de ações, diante da possibilidade de o privado vir a suprir necessidades e/ou apresentar elementos para melhorar a oferta de serviços em que o setor privado em âmbito global vem definindo de diversas estratégias como as políticas públicas educacionais devem ser executadas (Catani, 2021; Freitas, 2018). Tal relação público-privada continua nos discursos oficiais, agora com outra roupagem e incorporando outros sujeitos, revelando que a história vai aparentemente se repetindo ou como dizia Marx (2011b, p. 25) que os acontecimentos históricos acontecem na “primeira vez como tragédia e a segunda como farsa”.

Ainda de acordo com Sousa (2015), as parcerias no decorrer dos tempos tendem a continuar nos países desenvolvidos, os quais são, em tese, vitrines de progresso para países em desenvolvimento, como o Brasil.

O sistema *turnpikes* estendeu-se para os Estados Unidos após a guerra da independência (1775-1783); porém, nenhum dos trusts britânicos e americanos teve seus investimentos recuperados, tendo sido vendidas para o Estado, propiciando assim a chegada ao século XX com estradas novamente públicas. A França, a partir do século XVII, desenvolveu o modelo de concessão ainda hoje prevalecente, onde investidores privados financiavam a construção, e por

VALE, C.; SANTOS, T. F. A. M.

determinado prazo, a exploração financeira de uma infraestrutura, revertendo ao final à propriedade para o Estado. O século XIX foi marcado pelo caminho de ferro, em que agentes privados foram protagonistas na criação da infraestrutura capitalista moderna, tanto nos países centrais como nos periféricos (Sousa, 2015, p. 11-12).

De acordo com essa autora, as mais diferentes formas de parcerias público-privadas foram se estabelecendo no decorrer da história mundial, justamente com a premissa de que o privado ajuda na execução e/ou gestão daquilo que o setor público não consegue fazer sozinho, ou seja, as parcerias são estimuladas nos discursos oficiais como sendo essenciais para o desenvolvimento social, já que essa lógica é advinda de países desenvolvidos que espriam suas orientações por meio de empréstimos e/ou outras relações.

No Brasil, as primeiras parcerias público-privadas encontradas em nossas análises foram no setor de telefonia, em 1877, ainda no governo de Dom Pedro II, destacando-se que “desde o início das concessões houve problemas na prestação de serviços de telefonia” (Antunes, 2014, p. 31). Isso mostra que a dita excelência de gestão privada é historicamente permeada de questionamentos, visto que sua forma de gerir – tão endeusada nos discursos oficiais e usada como argumento para o estabelecimento das parcerias – também apresenta falhas, como nesse exemplo da telefonia e de muitos outros até a atualidade.

Na educação, um dos primeiros registros de parcerias ocorreu antes até da Constituição Federal (CF), como é possível verificar na tese de Comerlatto (2013), segundo a qual, em 1961, na cidade de Joinville/SC, chegou a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG), que era uma entidade de caráter privado, mas que recebia auxílio do setor público, inclusive exercendo suas atividades nas dependências de um grupo escolar público.

Ainda de acordo com a autora, antes da chegada da CNEG à cidade, havia apenas três grupos escolares, o que acabou prejudicando os alunos e a questão pedagógica, pelo fato de terem de funcionar nos três turnos, ou seja, havia demanda de alunos, mas não se tinha escola para todos nos primeiros turnos do dia, o que pode ter dado brechas e influenciado a parceria com a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos.

Entretanto, de maneira mais enfática após a CF, é a partir do PDRAE que as parcerias são estimuladas como forma de garantir uma eficiência nos serviços prestados, os quais o Estado sozinho seria incapaz de ofertar com qualidade, segundo diziam os defensores e elaboradores desse Plano. Ainda segundo o documento, o Estado continuaria

Subsunção do público ao privado por meio do Pacto pela Educação do Pará

como regulador dos serviços após as parcerias com a iniciativa privada, porque entendia que “serviços” como educação eram essenciais para o desenvolvimento econômico do país (Brasil, 1995).

Tal documento teve como idealizador Luiz Carlos Bresser-Pereira, que era Ministro da Reforma do Aparelho do Estado no primeiro ano dos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e usava essa reforma com o argumento de que o Brasil estaria atrasado em relação aos países desenvolvidos, que já usavam novos mecanismos na gestão pública – e parceria com a iniciativa privada seria uma das melhores opções (Bresser-Pereira; Grau, 1999).

A gestão era o grande alvo dessa reforma, porque os idealizadores desse Plano entendiam que os problemas sociais não eram decorrentes de questões como a falta de recursos, e sim da má gerência que estaria presa às regras ultrapassadas da burocracia; estas impediriam o fluxo e, conseqüentemente, os resultados satisfatórios dos investimentos em políticas públicas, como a educação. Nesse período, a escola pública teve que se adequar à nova organização do país de maneira rápida e vertical, típica de relações autoritárias, com ausência de diálogo (Peroni, 2015).

Há o endeusamento das ferramentas de gestão das empresas privadas, que poderiam ser usadas na esfera pública por meio de parcerias como forma de agilizar os serviços públicos, dando maior eficiência para os mesmos. As ideias do Plano, a nosso ver, desqualificam o Estado, apontando-o como ineficiente e apresentando a parceria com o setor privado como solução; nesse processo, mascara a realidade de transferência de recursos públicos para a classe empresarial, e o mais grave é que os setores públicos, como a escola pública, passaram a ter seu planejamento traçado de modo similar às empresas privadas, o que representa a mais perversa face do capital que objetiva o lucro a qualquer preço.

Tal reforma provocou mudanças profundas na provisão dos direitos sociais, entre eles a educação, e também na relação entre o público e o privado. A ideia que se difunde desde então é que os serviços sociais são mais bem executados pela iniciativa privada e que o Estado é incapaz, sozinho, de ofertar esses serviços de forma eficiente e com qualidade. No caso específico da educação, o problema da baixa qualidade dela é atribuído à má gestão da escola pública. Em virtude disso, defende-se a parceria público-privada na educação onde o privado introduz mecanismos empresariais na gestão da escola pública: é a escola com gestão empresarial (Braga, 2013, p. 41).

Essa nova conformação se apresentava na esfera nacional por meio de entidade denominada de “público não-estatal”, que são “organizações ou formas de controle

VALE, C.; SANTOS, T. F. A. M.

‘públicas’”, porque estão voltadas ao interesse geral; são “não estatais” porque não fazem parte do aparato do Estado” (Bresser-Pereira; Grau, 1999, p. 16). Tal configuração fez com que se ampliasse um leque de oportunidades para pessoas ligadas diretamente ao setor privado gerenciarem o que é público, ocorrendo assim a transferência de responsabilidades do Estado, que tem o dever de zelar e administrar o que é público e voltado ao público, para um grupo pequeno detentor de poder aquisitivo.

Nesse sentido, a esfera pública brasileira, inclusive a educação, começa a trabalhar com novos mecanismos, que devem apresentar resultados quantitativos, pois a administração pública gerencial surge como algo inovador para o país, principalmente na forma de controle “que deixa de basear-se nos processos para concentrar-se nos resultados, e não na rigorosa profissionalização da administração pública” (Brasil, 1995, p. 16).

Tal possibilidade de introduzir a lógica do setor privado em setores que antes eram de obrigação específica do Estado tem como argumento que suas ferramentas são mais eficientes para alcançar as metas propostas, o que foi um grande impulsionador para o estabelecimento das parcerias e da subsunção do público ao privado. Esse fenômeno aqui é trabalhado com maior destaque para a educação paraense, visto que nela se consolida um processo no qual “os direitos sociais deixaram de ser de exclusiva competência do Estado e passaram a ser ofertados também pela iniciativa privada. É justamente nesse cenário que as parcerias público/privadas se acentuam” (Braga, 2013, p. 38).

A chamada “parceria” não é outra coisa senão o repasse de verbas e fundos públicos no âmbito do Estado para instâncias privadas, substituindo o movimento social pela ONG⁴. E essa verdadeira transferência de recursos públicos para os setores privados não ocorre sem uma clara utilidade política governamental. O Estado é, portanto, mediante a legislação (leis como do “voluntariado”, do “terceiro setor”, das “Oscip”, das “parcerias”) e repasse de verbas, um verdadeiro subsidiador e promotor dessas organizações e ações do chamado terceiro setor e da ilusão do seu serviço (Montaño, 2002, p. 146).

Montaño (2002) destaca como as parcerias público-privadas ocorrem por trás de todo um ideal claramente definido, mas maquiado na sua apresentação para a sociedade, em geral, por meio do repasse de verba do público para o privado, por exemplo. Segundo Freitas (2018) e Vale (2022) o discurso de quem está no poder para a realização da parceria

⁴ Segundo Gohn ([20--]), as organizações não-governamentais inicialmente estiveram associadas à Organização das Nações Unidas (ONU), sendo entidades que não representavam os governos, mas se destacavam em várias partes do mundo, a exemplo da Organização Internacional do Trabalho (OIT). As ONGs foram incorporadas ao Terceiro Setor como forma estratégica após a Segunda Guerra Mundial. Assim “um novo tipo de ONG se constrói, atuando no campo da cultura política, dos valores de uma sociedade e seu campo de juridização. Surgem as ONGs com trabalhos sem perfil caritativo ou filantrópico” (Gohn, [20--], não paginado).

Subsunção do público ao privado por meio do Pacto pela Educação do Pará

é de que o setor privado vai colaborar das mais diversas formas para o crescimento do setor público, mas dissimula, na sua essência, que tem interesses pessoais, políticos e/ou ideológicos de manter o repasse financeiro público para entidades privadas e, assim, intensificar a desresponsabilização do Estado com a educação escolar e aquela voltada para a formação humana que vai além da escola, que passa a ser conduzida com base em princípios do mercado, como poderemos observar a seguir por meio do Pacto pela Educação do Pará, que esteve em vigência de 2013 a 2018, e deixou consequências para a educação básica paraense.

4 A EDUCAÇÃO PÚBLICA SUBSUMIDA À RACIONALIDADE DO SETOR EMPRESARIAL VIA PACTO PELA EDUCAÇÃO DO PARÁ

Os pactos em geral fazem parte da política educacional brasileira como é o caso do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), que centra suas ações no permanente monitoramento de alfabetização em Língua Portuguesa e Matemática (Brasil, 2016). Os estados e municípios aderem aos Pactos propostos pelo governo federal, como foi o caso do Pacto pela Educação do Pará, que consiste em

Um esforço integrado de diferentes setores e níveis de governo, da sociedade civil (fundações, ONGs e demais organizações sociais), da iniciativa privada e de organismos internacionais (Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID), de caráter suprapartidário, intersetorial, federativo e participativo, e liderado pelo governo do Estado do Pará, em torno do objetivo de promover a melhoria da qualidade da educação pública no Estado do Pará (Pará, [201-]).

A concepção desse Pacto já vinha se desenhando desde a gestão da governadora Ana Júlia de Vasconcelos Carepa, do PT (2007-2010), que assinalava a necessidade de uma união com outros setores na educação do Pará; porém, numa perspectiva mais democrática, como é possível ver no Documento Base do Plano Estadual de Educação (PEE), que foi aprovado pela Lei nº 7.441 de 02 de junho de 2010.

O desafio a ser enfrentado no atendimento educacional das crianças que vivem no campo e nas comunidades quilombolas, também é de ordem estrutural, descrito por meio da precariedade do acesso as localidades, ausência de estradas em condições de trafegabilidade, ausência de saneamento básico, água tratada, o que requer o fortalecimento de parcerias intersetoriais no âmbito do Estado, visando promover a educação com qualidade social (Pará, 2015b, p. 25).

Esse PEE de 2010 foi resultado da Conferência Estadual de Educação realizada no ano de 2008, e foi dividido em duas seções. A primeira faz um grande balanço da real

VALE, C.; SANTOS, T. F. A. M.

situação educacional no estado, como as elevadas taxas de analfabetismo, índices de reprovação, aprovação e evasão na educação básica, quadro docente que atua na rede pública e não possui o ensino médio, entre outras coisas; já a segunda parte é o resultado final desta Conferência, que culminou num documento com diretrizes, objetivos e metas que dariam suporte às políticas educacionais que seriam implantadas no Pará até 2020, tendo em vista que o documento tem duração de dez anos.

Em 2011, um ano após a aprovação do PEE, há a mudança de governo e assumiu Simão Robson de Oliveira Jatene⁵ do PSDB (2011-2018) que deu início a uma série de projetos em várias áreas sociais, inclusive na educação. Dentre eles, destacamos o Pacto pela Educação do Pará, que foi lançado em 26 de março de 2013⁶, cujas propostas e metas em grande parte foram planejadas com o propósito de cumprir os objetivos expressos no Plano Estadual de Educação (2010-2020), conforme informações contidas no *site* oficial do Pacto (Pará, [201-]). No entanto, os projetos desenvolvidos são bem similares aos do governo federal, mostrando a simetria entre a política nacional e a estadual no Pará, o que inclui as formas de sujeição do público ao privado num movimento global, como identificado por Braga (2013) e Vale (2017).

Conforme o documento *Guia de contribuição do setor privado para o Pacto pela Educação do Pará* (Pará, 2015a), faz-se uma divisão em dois grupos das empresas privadas, na qual algumas só atuam com apoio técnico e são chamadas de “Parceiros”, e as que alocam recursos são definidas como “Apoiadores”. Todas elas recebem o “Selo de Empresa parceira do Pacto pela educação do Pará”, mesmo com formas de atuação distinta – o que pode estar proporcionado *marketing* para empresas que não contribuem com recursos financeiros, já que estas sim deveriam fazer uso de tal Selo. É importante ressaltar isso porque defendemos que todas as empresas privadas parceiras deveriam alocar recursos financeiros para o Pacto, pois é por meio do “financiamento que se materializam as reais prioridades (educacionais) e não nos discursos” (Peroni, 2003, p. 110) e essa deveria ser a principal forma de colaboração do setor privado no Pacto.

⁵ De acordo com Reis (2014) e com informações do Portal do PSDB, Simão Jatene é graduado em Economia pela UFPA, local este onde também lecionou e se aposentou como professor; Especialista em Desenvolvimento Regional e concluiu o curso de Mestrado pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e, provavelmente, não teve tempo ou desejo de se dedicar à carreira acadêmica enquanto professor e/ou pesquisador, tendo em vista que, não possui curriculum vitae na plataforma *Lattes* do CNPq; além disso, foi músico, cantor, compositor e ator antes de se formar (Partido da Social Democracia Brasileira, 2014).

⁶ O BID fez ampla divulgação do lançamento do Pacto como sendo um projeto inovador que contava com o apoio de parceiros privados no desenvolvimento de suas ações (Goulart, 2013).
Cadernos da Fucamp, v.22, n.57, p.138-157/2023

Subsunção do público ao privado por meio do Pacto pela Educação do Pará

O convite aos futuros parceiros do Pacto é realizado por empresas que já estão atuando no Programa, as quais podem ser de grandes empresários com reconhecimento internacional, como a Vale, Telefonia Vivo e Fundação Itaú Social, que podem ter benefícios de suas marcas atuando na área social e na educação, porque transmitem a ilusão de comprometimento social.

O documento intitulado *O Pacto pela Educação do Pará e o papel dos Conselhos Municipais de Educação* (Pará, 2016) deixa claro que há a necessidade de parcerias com a iniciativa privada, no sentido de que todos desejam uma educação cada vez melhor no estado do Pará, reconhecem seus limites e por isso precisam de parcerias. Entendemos isso como apelo da mídia na figura do Instituto Synergos, que representa os parceiros privados do Pacto, usando de elementos de comoção, como “humildade, fazer o que o Estado não faz, ajudar o próximo” (Pará, 2016, p. 16) para justificar essas parcerias, que se mostraram mais benéficas para o setor privado do que para o setor público. Esse mesmo documento já assinala de maneira indireta o insucesso dessas parcerias em resultados objetivos, ao dizer que haverá “um novo Pacto a partir de 2017” (Pará, 2016, p. 16).

A iniciativa privada é mais beneficiada por causa da divulgação de suas marcas e dos recursos que recebe para realizar ações nas escolas públicas, porque demonstra junto à sociedade e aos seus clientes um relativo compromisso com a causa social, o que não se efetivou nos resultados numéricos a partir de um levantamento do Todos Pela educação:

Os resultados do Censo Escolar 2013 não foram nada animadores para o Pacto pela Educação feito pelo governador Jatene. A rede pública do Pará perdeu 9.439 estudantes, quando comparados os números com o resultado do Censo 2012, todos do Ensino regular. No Ensino fundamental, houve queda nos anos iniciais nas Escolas de tempo integral, com redução de 44.979 Alunos matriculados. Nas Escolas de tempo parcial, houve crescimento de mais de 32 mil matrículas. Mas a maior queda individual aconteceu na Educação de Jovens e Adultos (EJA) quando comparados os dois anos. Uma queda de 107.049 matrículas para a série fundamental (Todos Pela Educação, 2014).

Ainda de acordo com o TPE, em 2012, o Secretário de Educação à época, Cláudio Ribeiro, justificava que as parcerias no Pacto seriam estabelecidas com base em um Plano Estratégico, que balizaria a união de artistas, empresários, organismos internacionais e outros agentes, mas até 2014 os resultados do Pacto pela Educação do Pará não eram nada animadores.

[...] as notas dos estudantes paraenses vêm piorando, mostrando a má qualidade do Ensino. Analisando os dados dos indicadores educacionais divulgados pelo Ministério da Educação, as Escolas estaduais do Pará obtiveram, ao fim de 2012, o pior índice de aprovação no Ensino médio entre todas as unidades federativas.

VALE, C.; SANTOS, T. F. A. M.

Média de apenas 68% de Alunos. A reprovação nesta fase é das mais altas, com 13,5 de reprovados, em média.

No Ensino fundamental, o resultado, após um ano de implantação do “pacto premiado”, também situa os índices das instituições de Ensino do Estado como um dos piores do Brasil, com reprovação de 17,9% dos Alunos matriculados. A taxa de aprovação neste período é a pior entre os estados da região Norte, com 75,7%. O Amazonas, por exemplo, tem 87,9%. O estado do Maranhão teve 85,6% e até o Piauí foi melhor que o Pará naquele ano, com 79,5% (Todos Pela Educação, 2014).

As ações desse Pacto na educação do governo paraense parecem ser episódicas e eventuais, pois não há estabelecimento de um projeto das ações que a empresa privada irá realizar na escola pública ou pelo menos não foi algo claramente divulgado, descumprindo assim, em parte, o princípio constitucional da transparência das ações públicas, já que fazem uso de verbas do setor público e as ações concretas tiveram poucas divulgações via relatórios quanto às consequências, total de parceiros envolvidos, escolas impactadas e demais questões próprias da rotina pública (Vale, 2017).

Além disso, a condução das ações teve maior participação do setor privado em relação ao Estado, numa relação de subordinação vista pelos comitês estabelecidos, com ausência de metas para as empresas parceiras, o que é um instrumento comum nos negócios do setor privado, como foi aprontado na reforma do Estado brasileiro. Além disso, o “Selo de Empresa parceira do Pacto pela Educação do Pará” e outras manifestações comprovam como essa ação estatal foi materializada sob os ditames da lógica mercantil.

5 CONSIDERAÇÕES

Em nossas análises, verificamos a ausência de cobrança e controle sistemático por parte do Estado em relação às empresas parceiras, algo que permitiria gerenciar se as suas ações teriam alguma garantia de efeito positivo, a fim de se montar um relatório em nível estadual do que houve de positivo e negativo nas parcerias público-privadas. No entanto, a Secretaria Estadual de Educação, pelo menos durante nossas análises, não confirmou em seus canais oficiais se havia tais relatórios, e no próprio *site* do Pacto não há muito mais do que notas sobre algumas ações esporádicas e/ou reuniões entre o governo e as empresas.

A subsunção do público ao privado no Pacto pela Educação do Pará pode ser observada por meio do seguinte:

Subsunção do público ao privado por meio do Pacto pela Educação do Pará

I - Empréstimo do setor público junto ao banco InterAmericano de Desenvolvimento para realizar o Programa, o que provavelmente será pago com juros, aumentando assim a dívida pública;

II - As escolas não tiveram a possibilidade de questionar se desejavam ou não as parcerias, porque não são consultadas e podem ter tido sua autonomia da comunidade escolar fragilizada;

III - A maioria dos parceiros privados não colaborou com recursos financeiros e, mesmo assim, ganha o Selo de parceria do Pacto, o que lhes pode proporcionar lucro a longo prazo, com divulgação positiva de suas imagens perante seus clientes, permitindo que sejam considerados possuidores de *compliance*;

IV - Maioria de representantes nos comitês regionais e estadual estavam ligada ao setor privado e tais comitês faziam as deliberações das ações e o setor público deveria possuir maior participação já que são as escolas públicas as mais impactadas;

V - A Synergos representou tanto a esfera pública quanto a privada nos comitês do Pacto, o que pode representar interesses distintos entre as classes que não vivenciam a realidade das escolas públicas do Pará considerando sua diversidade;

VI – Houve a intensa participação do setor privado desde a formulação do programa até sua avaliação em eventos do BID, mas o mesmo não ocorre com as escolas ditas beneficiadas que deveriam apresentar suas experiências e apresentar possíveis melhorias para balizar outras política e programas educacionais.

Esses apontamentos sobre como ocorreu a subsunção do público ao privado por meio do Pacto pela Educação do Pará que vigorou de 2013 a 2018 nos levam a concluir que a política educacional do estado do Pará ainda se sustenta na tese de que as ferramentas de sucesso só advêm de empresas privadas, que poderiam ser usadas na escola pública paraense que precisam aderir ao Pacto.

As relações entre público e privado, neste exemplo, não perpassam por trocas justas para ambos setores, as quais todos deveriam sair ganhando, o que só acontece para a iniciativa privada por meio da imposição das parcerias para as escolas, demonstrando um certo descaso com a democratização das relações de poder; além disso, a tomada de decisões em grande parte depende do que as empresas parceiras decidem, e não há garantia de que tais empresas realizarão efetivamente o que se propuseram, mas independentemente

VALE, C.; SANTOS, T. F. A. M.

disso ganharam o “Selo de Amiga do Pacto”, o que lhes assegura muitos benefícios na comercialização de suas imagens públicas de responsabilidade social.

Destacamos também que a atuação da iniciativa privada se mostrou sem efetivos ganhos para as escolas públicas, porque os parceiros privados cobram pelas ações que irão desenvolver nas escolas, mas sem que sejam de interesse destas, uma vez que os projetos não as consultam. Isso mostra que é o privado quem domina o público nessa relação autoritária estabelecida no Pacto pela Educação do Pará que foi sendo naturalizada, assim como a subsunção do público ao privado pode ser observada na gerência dos comitês do Pacto, nos quais os representantes da iniciativa privada são quem determina como se estabelecerão as ações dentro do Programa já que possuíam diversas cadeiras nesses comitês; desse modo, a iniciativa privada poderá ser a maior beneficiada concretamente, pelas articulações e principalmente pelo que transmite à sociedade em geral por meio das parcerias.

A relação entre o público e o privado por intermédio das parcerias se mostra mais benéfica para o privado do que para o público, representado pelas escolas que só recebem as ações dos parceiros privados, sem uma avaliação inicial da necessidade ou desejo da comunidade escolar. Por isso mesmo, apresenta-se uma relação de subserviência, na qual o Estado do Pará idealiza a elevação dos índices educacionais como se estes fossem o único parâmetro de qualidade, além da disseminação – principalmente por meio dos discursos e do arcabouço legal – de que a iniciativa privada ainda é a melhor opção para alcançar esse fim, desconsiderando a infraestrutura das escolas, a formação continuada dos professores, a qualidade da merenda escolar, o acesso dos alunos às escolas, como no caso dos alunos ribeirinhos, que só dispõem de barcos em algumas localidades, e tantas outras situações reais que não são resolvidas somente por meio de manuais.

Ora, dentro da organização do Pacto, as ações foram propostas e votadas em sua maioria por representantes da esfera privada que divulgam suas ideias como as melhores para a educação pública do estado do Pará, o que poderia gerar contradição se outros agentes do serviço público, além do governador e dos representantes das Secretarias de Educação, fossem ouvidos e tivessem participação na tomada de decisões sobre as ações do Pacto. Isso, porque as decisões são tomadas de maneira vertical e restrita entre o governo e os representantes da iniciativa privada, que decidem o que será executado nas escolas. Diante disso, os sujeitos da comunidade escolar precisariam de alguma forma ser ouvidos, já que executaram o que fora decidido em instâncias superiores.

Subsunção do público ao privado por meio do Pacto pela Educação do Pará

Referências

- ADRIÃO, T. A privatização da educação básica no Brasil: considerações sobre a incidência de corporações na gestão da educação pública. *In*: ARAÚJO, L.; PINTO, J. M. (Org). **Público x privado em tempos de golpe**. São Paulo: Fundação Lauro Campos, 2017. p. 16-37.
- ADRIÃO, T.; PERONI, V. M. V. Notas introdutórias sobre a pesquisa-análise das consequências de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e o Instituto Ayrton Senna para a oferta educacional *In*: ADRIÃO, T.; PERONI, V. M. V. (Org.). **Gestão municipal da educação e as parcerias com o Instituto Ayrton Senna**. Recife: ANPAE, 2013. p. 15-18.
- ANTUNES, M. G. **A parceria pública-privada na privatização do setor de telecomunicações brasileiro**. 2014. 52 f. Monografia (Graduação em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- ARENDT, H. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- BRAGA, S. B. **O público e o privado na gestão da escola pública brasileira: um estudo sobre o Programa “Excelência em Gestão Educacional” da Fundação Itaú Social**. 2013. 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.
- BRASIL. **Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, D.F.: MRAE, 1995.
- BRASIL. Adesão ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa 2016. **PNAIC**, Brasília, DF, 2016. Disponível em: tinyurl.com/5yce97p8. Acesso em: 23 nov. 2022.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; GRAU, N. C. Entre o Estado e o Mercado: o público não-estatal. *In*: BRESSER-PEREIRA, L. C.; GRAU, N. C. (Org.). **O público não-estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 15-48.
- CATANI, C. R. A educação bancária, “com um Itaú de vantagens”. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 13, n. 1, p. 90-118, abr. 2021.
- COMERLATTO, L. P. **A gestão da educação no contexto da sociedade capitalista: a parceria público privada**. 2013. 265 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- FLORENZANO, Maria Beatriz Borba. **Pólis e oïkos, o público e o privado na Grécia Antiga**. São Paulo: Labeca/USP, 2010. Disponível em: tinyurl.com/22ajvtra. Acesso em: 23 nov. 2022.
- GOHN, M. G. **Educação não-formal, Novo Associativismo e Terceiro Setor no Brasil**. Campinas: LITE-FE/Unicamp, [20--]. Disponível em: tinyurl.com/2p84nz5j. Acesso em 24 nov. 2022.
- FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular. 2018.
- GOULART, J. Pacto pela Educação do Pará é lançado com o apoio do BID. **Banco Interamericano de Desenvolvimento**, [S. l.], 26 mar. 2013. Disponível em: tinyurl.com/445f3mx4. Acesso em 07 ago. 2022.

VALE, C.; SANTOS, T. F. A. M.

MARTINS, M. A. **O público não-estatal na gestão da educação básica de Barcarena/PA**. 2010. 207 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

MARX, K. **O Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 3. ed. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1982.

MONTAÑO, C. E. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PARÁ. **Guia de Contribuição do setor Privado para o Pacto Pela Educação do Pará**. Belém: CEE/PA, 2015a. Disponível em: tinyurl.com/yh4r6ujp. Acesso em: 08 nov. 2022.

PARÁ. **Documento Base do Plano Estadual de Educação**. Belém: CEE/PA, 2015b. Disponível em: <https://tinyurl.com/yckzjnx9>. Acesso em: 30 nov. 2022.

PARÁ. **O Pacto pela Educação do Pará e o papel dos Conselhos Municipais de Educação**. Belém: CEE/PA, 2016. Disponível em: <https://tinyurl.com/2ky53d4p>. Acesso em: 12 nov. 2022.

PARÁ. [homepage]. **Pacto pela Educação do Pará**, Belém, [201-]. Disponível em: tinyurl.com/ybj4hjcs. Acesso em: 20 jul. 2022.

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA. **Declaração de bens, por Simão Jatene**. PSDB no Estado do Pará, [S. 1.], 14 jul. 2014. Disponível em: tinyurl.com/ymks3y5z. Acesso em: 23 nov. 2022.

PERONI, V. M. V. **Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003.

PERONI, V. M. V. **Implicações da relação público-privada para a democratização da educação**. 2015. Tese (Promoção a Professora Titular do Magistério Superior) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

PERONI, V. M. V.; CAETANO, R. M.; VALIM, P. L. **Neoliberalismo e Neoconservadorismo nas políticas educacionais para a formação da juventude brasileira**. *Jornal de Políticas Educacionais*, Curitiba, v. 15, n. 36, p. 1-23, ago. 2021.

REIS, Lucas. Ex-ator, tucano Simão Jatene terá o terceiro mandato no governo do Pará. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 out. 2014. Disponível em: tinyurl.com/bd2yxurv. Acesso em: 13 mai. 2019.

SGUISSARDI, W. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez. 2008.

SOUSA, L. M. C. **Evolução e reflexos das parcerias público-privadas na administração pública: um estudo comparativo entre Brasil e Portugal**. 2015. 62 f. Dissertação (Mestrado em Direito Administrativo) – Universidade do Porto, Porto, 2015. *Cadernos da Fucamp*, v.22, n.57, p.138-157/2023

Subsunção do público ao privado por meio do Pacto pela Educação do Pará

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Pará é o pior Estado em aprovação de alunos. **Todos Pela Educação**, [S. l.], 6 abr. 2014. Disponível em: tinyurl.com/yk5rpyk. Acesso em: 17 out. 2022.

VALE, Cassio. **Subsunção do público ao privado na educação paraense**. 2017. 124f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

VALE, Cassio. **A educação como negócio social na Amazônia brasileira**. 2022. 199f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.